DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-2971/2015**
PROCESSO TC/MS	:	11334/2014
PROTOCOLO	:	1523256
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
RESPONSÁVEL	:	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
INTERESSADO (A)	:	TERESINHA DE JESUS CRUZ
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. PROVENTOS INTEGRAIS. PELO REGISTRO.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere à concessão de Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, por parte da Secretaria de Estado de Administração/MS, a servidora Teresinha de Jesus Cruz, através do Decreto "P" nº 2.818, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul nº 8.711/2014.

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, através da análise ANA-3589/2015 (peça 2), se manifestou pelo registro da Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, tendo em vista estar em conformidade com as normas vigentes, com a demonstração das parcelas corretamente discriminadas conforme Apostila (pág. 188), com os elementos constitutivos probatórios e o tempo de contribuição comprovado, com amparo legal previsto no artigo 72, Parágrafo único, da Lei nº 3.150/2005, c/c o artigo 1º da Lei Federal nº 11.301/2006, conforme Decreto "P" nº 2.818, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.711, de 9 de julho de 2014.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer PAR–MPC – GAB. 4 DR. JOAOMJR/SUBSTITUTO-3131/2015 (peça 3), opinou favoravelmente ao registro do ato de Aposentadoria em apreço.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Conclusos vieram os autos para a decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, III, c/c artigo 34 da Lei Complementar n° 160/2012, artigos 9º, 10, I, e 173, I, "b", todos do Regimento Interno do TC/MS, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

II – DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do ato de Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, por parte da Secretaria de Estado de Administração/MS, a servidora **TERESINHA DE JESUS CRUZ,** CPF nº 062.347.448-42, no cargo de Professora, na Secretaria de Estado de Educação/MS;

2 - Pela intimação do resultado deste julgamento aos interessados, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Publique-se o julgamento na forma do artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 70, § 2º, da Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 4 de maio de 2015.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator